

N.F. Nº - 491301.0042/20-3
NOTIFICADO - MARIA CONCEIÇÃO MACHADO DOS SANTOS
NOTIFICANTE - VALDELICE DE FREITAS SENA
ORIGEM - DAT METRO / IFMT METRO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 05.08.2025

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0125-05/25NF-VD**

EMENTA: ICMS. NULIDADE. INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. VÍCIOS FORMAIS DE PROCEDIMENTO. Não foram observados os aspectos formais que devem revestir qualquer ato administrativo. Notificação Fiscal lavrada pela fiscalização de mercadorias em trânsito. A ação fiscal não se materializa como fiscalização de mercadorias em trânsito, e sim, fiscalização em estabelecimento para verificação de fatos pretéritos. Representação à autoridade competente para refazimento da ação fiscal, a salvo das falhas apontadas. Notificação Fiscal NULA, conforme dispõe o inciso II e § 1º do art. 18 do RPAF-BA/99. Decisão unânime, em instância ÚNICA.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, **Trânsito de Mercadorias**, lavrada em **05/08/2020**, exige do Notificado ICMS no valor histórico de R\$ 10.461,93, mais multa de 60%, no valor de R\$ 6.277,16, totalizando o montante de **R\$ 16.739,09** em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 - 054.005.008: Falta de recolhimento do ICMS, referente à **antecipação tributária parcial**, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Na peça acusatória a **Notificante descreve os fatos que se trata de:**

“Em data, hora e local acima indicados, no exercício de nossas funções fiscalizadoras, constatamos as seguintes irregularidades: Falta de recolhimento do ICMS ANTECIPAÇÃO PARCIAL sobre as mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra Unidade da federação por contribuinte na condição de DESCRENCIADO. A Base de Cálculo foi calculada através dos DANFES: 187.398; 28.234; 125.476; 061.713; 007.414; 283209; 283.210; 906.284; 069.337; 069.338; e 069.339 recebidos pelo contribuinte conforme memória de cálculo anexa..”

Anexo aos autos, dentre outros, encontram-se **cópias dos seguintes documentos:** a Notificação Fiscal de nº **491301.0042/20-3**, devidamente assinada pela **Agente de Tributos Estaduais** (fl. 01); o Demonstrativo de Débito (fl. 02); o Mandado de Fiscalização - COE de nº 1859507000367-202085 (fl. 03); a memória de cálculo elaborada pela Notificante (fl. 04); 12 DANFES localizados às folhas 04 a 15, impressos na data de **05/08/2020** pela Superintendência Administração Tributária - Diretoria Planejamento Fiscalização - COE, emitidos por Empresas localizadas em diversos Estados da federação, nas datas de **06/07/2020 a 04/08/2020**.

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de representante manifestando impugnação, onde a peça de defesa consta apensada aos autos (fl. 25), protocolizada na CORAP METRO/PA SAC L. FREITAS. na data de 21/11/2020 (fl. 24).

A **Notificada, em seu arrazoado, alegou** que efetuou o recolhimento integral do imposto correspondente às operações listadas na Notificação Fiscal de nº 491301.0042/20-3, lavrada em

08/08/2020, por meio de Documentos de Arrecadação Estadual (DAEs) devidamente juntados aos autos.

Aduziu que os pagamentos foram realizados em relação aos documentos fiscais listados, abrangendo os seguintes DANFES: **187.398, 28.234, 662.991, 125.476, 61.713, 7.414, 283.309, 2.830.310, 90.628, 69.337, 69.338 e 69.339**, sendo os comprovantes apresentados em anexo à peça defensiva.

Requeru, com base no art. 123 do RPAF/BA (Decreto de nº 7.629/99), o **cancelamento da Notificação Fiscal**, por considerar cumprida a obrigação tributária objeto do lançamento.

Verifico não haver Informação Fiscal.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal, Modelo **Trânsito de Mercadorias**, em epígrafe, lavrada em **05/08/2020**, exige do Notificado ICMS no valor histórico de R\$ 10.461,93, mais multa de 60%, no valor de R\$ 6.277,16, totalizando o montante de **R\$ 16.739,09**, decorrente do cometimento da Infração (054.005.008) **de falta de recolhimento do ICMS** referente à **antecipação tributária parcial, antes da entrada do território deste Estado**, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte que não preenche os requisitos na legislação fiscal.

O enquadramento legal seguiu a Infração tipificada referenciando à alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, **c/c art. 12-A**; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Em sede preliminar, cumpre destacar que o processo administrativo tributário deve observar, conforme o art. 2º do RPAF/BA (Decreto de nº 7.629/99), os princípios da legalidade, verdade material, ampla defesa e devido processo legal, sendo que, nos termos do art. 142 do CTN, o lançamento do crédito tributário configura ato vinculado, cuja prática exige da autoridade fiscal o estrito cumprimento da legislação tributária vigente, sob pena de responsabilidade funcional. Ademais, o art. 20 do mesmo regulamento prevê expressamente a possibilidade de decretação de nulidade, de ofício ou a requerimento da parte, quando verificados vícios que comprometam a legalidade do ato fiscal.

No caso em exame, constata-se a existência de vícios jurídicos intransponíveis que comprometem a validade do lançamento, sobretudo quanto à natureza da ação fiscal e à forma de constituição do crédito tributário. A exigência tributária foi formalizada por meio de Notificação Fiscal do modelo “Trânsito de Mercadorias”, usualmente utilizado quando há abordagem presencial de mercadorias em circulação, o que não condiz com os elementos fáticos presentes no processo.

Conforme se extrai dos autos, a autuação teve como base o monitoramento eletrônico de documentos fiscais, sem qualquer atuação presencial por parte da fiscalização. A lavratura se deu com suporte em dados coletados internamente pela Central de Operações Estaduais (Mandado de Fiscalização - COE de nº 1859507000367-202085), que identificou possíveis irregularidades tributárias relacionadas às operações de entrada de mercadorias no Estado da Bahia. Os documentos fiscais apontados como fundamento da exigência tributária foram os DANFES de nºs **187.398, 28.234, 125.476, 61.713, 7.414, 283.209, 283.210, 906.284, 69.337, 69.338 e 69.339**, todos emitidos por empresas localizadas fora do Estado, no período de 06/07/2020 a 04/08/2020.

Tais documentos apontam para uma fiscalização realizada exclusivamente com base em análise documental interna, sem qualquer comprovação de contato presencial com a carga ou com o transportador. A fiscalização do ICMS pode ocorrer por distintas modalidades, a depender da

natureza dos fatos apurados e do momento da constatação da infração. Em linhas gerais, há dois formatos principais de ação fiscal:

- (i) a **fiscalização em trânsito**, que se dá durante a circulação física das mercadorias, permitindo, em caso de constatação imediata de irregularidade, a lavratura de Notificação Fiscal própria; e
- (ii) a **fiscalização de estabelecimento**, voltada à análise de operações já realizadas, geralmente iniciada por monitoramento, e que exige o cumprimento de formalidades previstas nos arts. 26 e 28 do RPAF/BA, como a lavratura de termo de início ou intimação para apresentação de documentos.

No caso concreto, embora tenha sido utilizado o modelo de “**Notificação Fiscal – Trânsito de Mercadorias**”, **não há qualquer comprovação de abordagem física da mercadoria em trânsito**, tampouco documentos que normalmente acompanham esse tipo de atuação, como cópias do DANFE no ato da circulação ou identificação do transportador. Por outro lado, **também não foram observadas as formalidades exigidas na auditoria de estabelecimento**, inexistindo termo de início de fiscalização, intimação formal ou qualquer outro ato que caracterize o devido processo fiscal.

Verifica-se, na verdade, que a atuação foi resultado de **atividade remota de monitoramento realizada pela COE – Central de Operações Estaduais**, o que descaracteriza tanto a fiscalização presencial em trânsito quanto o procedimento formal de auditoria em estabelecimento. **Trata-se, assim, de atuação fiscal sem respaldo em nenhum dos ritos legalmente previstos**, o que compromete a validade do lançamento tributário.

A inobservância dos ritos formais torna nulo o lançamento, pois ofende os princípios constitucionais da legalidade, do contraditório e da ampla defesa. Ademais, impede o exercício da denúncia espontânea, nos termos do art. 138 do CTN, uma vez que não houve delimitação temporal e formal do início da ação fiscal.

Ante o exposto, voto pela **NULIDADE da Notificação Fiscal**, com fundamento no art. 18, II, do RPAF/BA, recomendando, nos termos do art. 21 do mesmo regulamento, a **renovação do procedimento fiscal**, com observância das formalidades legais pertinentes ao tipo de ação fiscal adequada.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **NULA**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal **491301.0042/20-3**, lavrada **MARIA CONCEIÇÃO MACHADO DOS SANTOS**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 03 de julho de 2025.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO - PRESIDENTE

EDUARDO DUTRA FREITAS - RELATOR

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - JULGADOR